

**INTERPRETAÇÕES GEOGRÁFICAS EM MOÇAMBIQUE /
ÁFRICA E EXPERIÊNCIAS DIALÓGICAS NA *TERRA DE BOA
GENTE* (INHAMBANE)**

**GEOGRAPHICAL INTERPRETATIONS IN MOZAMBIQUE /
AFRICA AND DIALOGICAL EXPERIENCES ON THE *LAND OF
GOOD PEOPLE* (INHAMBANE)**

**INTERPRETACIONES GEOGRÁFICAS EN MOZAMBIQUE /
ÁFRICA Y EXPERIENCIAS DIALÓGICAS EN LA TIERRA DE
BUENA GENTE (INHAMBANE)**

Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves¹

ricardo.goncalves@ueg.br

RESUMO: O presente texto é resultado de uma *missão científica* realizada por pesquisadores e estudantes de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, em Moçambique/África, no mês de Agosto de 2014. A *missão* ocorreu no âmbito da parceria entre o IESA/UFG e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane – ESHTI/UEM, através do Projeto: *Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado brasileiro às Savanas em Inhambane/Moçambique*, aprovado em 2013 pelo Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional – Pró-Mobilidade Internacional (CAPES/AULP). Desse modo, este trabalho conta com resultados de observações diretas, diálogos coletivos, pesquisa bibliográfica e fontes de dados estatísticos. A investigação desdobra-se na apresentação das interpretações e leituras geográficas em Moçambique. Destacam-se os desafios da produção e comercialização de alimentos por camponeses e a relação geopolítica entre Brasil-Moçambique. Esforça-se também para compreender as contradições territorializadas pelo capital internacional por meio de grandes empreendimentos de produção de *commodities* agrominerais que apropriam terras, sementes, água e recursos minerais no país africano. Feito isso, as análises são concentradas especialmente na Província e cidade de Inhambane/Moçambique, também denominada “*terra de boa gente*”.

Palavras-chave: Interpretações geográficas. Moçambique. Grandes projetos. Produção de alimentos. Território.

RESUMEN: El presente texto es el resultado de una *misión científica* realizada por investigadores y estudiantes de Graduación y Posgrado en Geografía del Instituto de Estudios Socioambientales, de la Universidad Federal de Goiás - IESA / UFG, en Mozambique / África en el mes de agosto de 2014. La *misión* tuvo lugar en el marco de la alianza entre el IESA / UFG y la Escuela Superior de

¹ Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás - IESA/UFG (2016). Professor do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG / Campus Iporá, e do Mestrado Acadêmico em Língua, Literatura e Interculturalidade - POSLLI, da UEG - Campus Cora Coralina. É pesquisador colaborador externo do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER/IESA/UFG). Pesquisador colaborador do Grupo de Pesquisa e Extensão Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS / UFJF). Membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB Seção Goiânia.

Hostelería y Turismo de Inhambane, de la Universidad Eduardo Mondlane - ESHTI / UEM, a través del Proyecto de Semillas Criollas, fincas agroecológicas y cooperación popular: intercambio de saberes y experiencias de economía creativa del Cerrado brasileño y las Sabanas en Inhambane / Mozambique, aprobado en 2013 por el Programa Internacional de Apoyo a la Investigación y la Enseñanza a través de la Movilidad Docente y Estudiantil Internacional - Pro-Movilidad Internacional (CAPES / AULP). De este modo, en este trabajo cuenta con resultados de observaciones directas, diálogos colectivos, investigación bibliográfica y fuentes de datos estadísticos. La investigación se desdobra en la presentación de las interpretaciones y lecturas geográficas de Mozambique. Se destacan los desafíos de la producción y comercialización de alimentos por campesinos y la relación geopolítica entre Brasil-Mozambique. Se esfuerza también para comprender las contradicciones territorializadas por el capital internacional a través de grandes emprendimientos de producción de commodities agrominerales que expropia tierras, semillas, agua y recursos minerales en el país africano. Hecho esto, los análisis se concentran especialmente en la Provincia y ciudad de Inhambane / Mozambique, también denominada "tierra de buena gente".

Palavras claves: Interpretaciones geográficas. Mozambique. Mega proyectos. Producción de alimentos. Territorio.

ABSTRACT: The present text is the result of a scientific mission carried out by researchers and students of Undergraduate and Postgraduate in Geography of the Institute of Socio-environmental Studies, Federal University of Goiás - IESA / UFG, in Mozambique / Africa, in August 2014. The mission was carried out under the partnership between the IESA / UFG and the Inhambane Higher School of Hospitality and Tourism, Eduardo Mondlane University - ESHTI / UEM, through the Project: *Creole seeds, agroecological backyards and popular cooperation: exchange of knowledge and experiences from the Brazilian Cerrado to Savannas in Inhambane / Mozambique*, approved in 2013 by the International Program of Support for Research and Teaching through the Teaching Mobility and International Student - Pro-Mobility International (CAPES / AULP). Thus, this work counts with results of direct observations, collective dialogues, bibliographical research and sources of statistical data. The investigation unfolds in the presentation of the interpretations and geographic readings in Mozambique. The challenges of food production and marketing by peasants and the geopolitical relationship between Brazil and Mozambique stand out. It also strives to understand the contradictions territorialized by the international capital through the large agromineral commodity production enterprises that appropriate land, seeds, water, and mineral resources in the African country. The analysis is concentrated especially in the province and city of Inhambane / Mozambique, also called "land of good people".

Keywords: Geographical interpretations. Mozambique. Great projects. Food production. Territory.

INTRODUÇÃO

Na verdade, na medida em que, deixando o aeroporto de Dar es Salaam (Tanzânia), há cinco anos passados, em direção ao 'campus' da universidade, atravessava a cidade, ela ia se desdobrando ante mim como algo que eu revia e em que me reencontrava. Daquele momento em diante, as mais mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar a mim, de mim. A cor do céu, o verde-azul do mar, os coqueiros, as mangueiras, os cajueiros, o perfume de suas flores, o cheiro da terra; as bananas, entre elas a minha bem amada banana-maçã; o peixe ao leite de coco; os gafanhotos pulando na grama rasteira; o gingar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-la, 'desenhando o mundo', a presença, entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar, por mais que se esforçassem para fazê-lo, tudo isso me tomou todo e me fez perceber que eu era mais africano do que pensava. (FREIRE, 1977, p. 13-14).

A epígrafe de Paulo Freire, extraída do livro *Cartas à Guiné Bissau*, é fonte de inspiração para iniciarmos este texto. A citação de suas palavras traduz a sensibilidade experimentada pelo educador diante das paisagens, pessoas, saberes, cores, sabores e sons africanos, quando aterrissou na Tanzânia pela primeira vez. Sublinha as resistências enredadas pelos povos e sua cultura, mesmo grafados pela covardia e agressão imperialista dos colonizadores que por séculos pilharam os territórios da África.

Neste sentido, pode-se dizer que a referência ao pedagogo e filósofo brasileiro traduz também a experiência que tive quando, em solo do Continente Africano, desci no Aeroporto de Inhambane, em Moçambique. As primeiras observações na cidade e capital provincial de Inhambane ilustraram paisagens desenhadas por coqueiros e cajueiros, o movimento apressado de homens, mulheres e crianças negras com roupas coloridas andando pelas ruas, embaralhando vozes e gestos de um povo que parecia predisposto ao acolhimento.

Aos poucos, a cidade com seus coqueirais cujas folhas bailavam ao toque dos ventos, o por do sol transformando o horizonte numa aquarela de cores entre o céu e o Oceano Índico, praias e barcos pesqueiros, o jeito simples, alegre e comunicativo das pessoas, o sentido coletivo das reuniões em círculos, a luta cotidiana e aguerrida para reproduzir socialmente a existência. A síntese entre desigualdade e exuberância parecia um cenário profundo, muito similar ao que ocorre no Brasil. Nesta viagem levei comigo os ensinamentos de Paulo Freire para não olvidar a palavra liberdade e torná-la ingrediente substantivo em toda ação educativa e dialógica.

O artigo é resultado de uma *missão científica* realizada por pesquisadores e estudantes de Graduação e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, em Moçambique/África no mês de Agosto de 2014². A *missão* ocorreu no âmbito da parceria entre o IESA/UFG e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane – ESHTI/UEM, a partir do Projeto *Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do Cerrado brasileiro às Savanas em Inhambane/Moçambique*³. Esse Projeto foi aprovado em 2013 pelo Programa Internacional de

² As reflexões sublinhadas no texto contaram com ricos diálogos com professores e pesquisadores do Brasil e de Moçambique. Neste sentido, agradeço as contribuições que resultaram de conversas pedagógicas com Ernesto Jorge Macaringue, Oscar Namuholopa, Júlio César Pereira Borges, Eguimar Felício Chaveiro, Gilmar Elias e Marcelo Rodrigues Mendonça.

³ Sob a coordenação do Professor Doutor Eguimar Felício Chaveiro, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG, e o Professor Doutor Hélsio Amiro

Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional – Pró-Mobilidade Internacional (CAPES/AULP), e financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Algumas metas que compõem o Projeto nortearam a equipe de pesquisadores e estudantes na Província de Inhambane/Moçambique ao propor o diálogo aberto e coletivo com um conjunto multifacetado de desafios e tarefas, tais como: a) Realizar palestras, oficinas, círculos de diálogos e reuniões de trabalhos com a equipe gestora, professores e estudantes da ESHTI/UEM; b) Realizar trabalhos de campo e conhecer experiências de produção e comercialização de alimentos locais, formas de organização cooperativa e associativa dos camponeses; c) Oportunizar às famílias camponesas o aperfeiçoamento organizativo, político e técnico na produção e uso contínuo de sementes, mudas e raças crioulas, a partir das práticas acumuladas (*saberes-fazeres*) pelo campesinato; d) Propor alternativas contrapondo o modelo hegemônico agroindustrial-financeiro-transnacional e alertar sobre as consequências dos alimentos transgênicos e dos usos de agrotóxicos que comprometem a vida, o trabalho e o meio ambiente.

Com efeito, o posicionamento metodológico e teórico diante das ações de pesquisa que envolvem o Projeto de colaboração entre o IESA/UFG e ESHTI/UEM contrapõe-se à lógica usurpadora implementada pelo capital por meio de megaempreendimentos capitalistas como o turismo, mineração e agronegócio. Grandes projetos que implicam a apropriação privada e espoliação dos trabalhadores e dos recursos naturais nos territórios do Cerrado brasileiro e nas Savanas moçambicanas. Defende-se a construção de espaços coletivos, livres da exploração capitalista, baseados na defesa das identidades territoriais, na sustentabilidade dos ambientes, no trabalho digno e na soberania e segurança alimentar.

As investigações desdobram-se na apresentação das percepções e leituras geográficas sobre Moçambique. Esforça-se para compreender as contradições e os conflitos territorializados pelo capital internacional via grandes empresas de produção de *commodities* agrominerais que apropriam terras, sementes, água e recursos minerais. Feito isso, as análises apresentadas concentram-se especialmente na Província e cidade de Inhambane. Isso permitiu diferentes apreensões geográficas das paisagens, organização do espaço e trabalho na “terra de boa gente”, como também é denominada Inhambane⁴.

Motany de Albuquerque Azevedo, da Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane – ESHTI/UEM.

⁴ Diz-se que quando os portugueses chegaram em Inhambane pela primeira vez em Janeiro de 1498, a armada de Vasco da Gama aportou-se por estas terras para abastecer e então, a chamou de “terra de boa gente” pelo bom acolhimento propiciado pela população local.

A metodologia baseia-se em levantamentos de dados estatísticos e informações qualitativas em fontes como o Instituto Nacional de Estatística (IEM), o Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (IESE), e a União Nacional de Camponeses (UNAC). Conta-se com pesquisas de campo, observações diretas, diários de campo e registros fotográficos. Também contribuiu para a construção do texto as interlocuções com pesquisadores da ESHTI/UEM, diálogos com lideranças sindicais e de associações locais. Por fim, destacam-se as leituras de autores como Matos e Medeiros (2013), Mosca e Selemane (2011, 2013), Mosca (1996, 2008), Castel-Branco (2002, 2010, 2012), Castel-Branco e Mandlate (2012), Clements e Fernandes (2013), Classen (2013) e Frei (2017).

Espera-se que o texto contribua com os intercâmbios pedagógicos e interdisciplinares que pesquisadores brasileiros têm construído a partir de ações de pesquisa, mobilidade e orientação com instituições de ensino e investigação científica de Moçambique.

TERRITÓRIOS CINDIDOS: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES GEOGRÁFICAS EM MOÇAMBIQUE/ÁFRICA

A história recente da República de Moçambique é atravessada pelas ações geopolíticas do processo de descolonização na África, pelo movimento de luta pela independência (1975) e os conflitos internos nos anos posteriores à libertação de mais de 400 anos de colonização portuguesa, grafados pela Guerra Civil (1977-1992).

Com relações tidas como pré-capitalistas ainda presentes na organização e uso do território e com forças produtivas rudimentares a economia do país é atravessada por duas vias: a imensa maioria da população desenvolve nas *machambas*⁵ uma economia de troca simples e, contraditoriamente, as melhores terras e águas são destinadas aos grandes projetos internacionais. Assinala-se que a consequência espacial desta situação é uma migração do tipo rural-urbana que desemboca num crescimento da capital Maputo e dos maiores centros, especialmente ao norte do país.

Acentua-se ainda, no plano ideológico e cultural, a entrada massiva de símbolos culturais do Ocidente como o neopentecostalismo, novelas brasileiras e modos de vida

⁵ “A *machamba* não se resume apenas ao pedaço de cultivo, envolve ainda ao lugar de residência, lugares sagrados, que podem ser cemitérios, locais onde os anciãos se encontram com os entes queridos, etc. Se a *machamba* como lugar de vida, da cultura e do trabalho é parte integrante da vida humana e se forma no solo a partir de trocas energéticas entre o ar, água, floresta, calor e luz, constitui-se assim também como objeto de unificação dos homens e mulheres moçambicanos com a natureza”. (MACARINGUE, 2017, p. 254).

ligados ao sistema-mundo das redes. Todo este espectro coloca Moçambique numa encruzilhada de alternativas políticas internas e também da ordem geopolítica internacional.

Moçambique localiza-se no Sudeste da África, banhado pelo Oceano Índico. Faz fronteira com 6 países, a saber: Tanzânia ao norte; Malawi e Zâmbia a noroeste; Zimbabwe a oeste e Suazilândia e África do Sul a sudoeste⁶. A capital, Maputo, é também a maior cidade do país, com população de 1.178.116, conforme Censo de 2007 (INE, 2007).

Conforme o Instituto Nacional de Estatística (2015), a população do país é de 25.727.911 pessoas. Desse total, 8.181.475 é urbana, e 17.546.436 é rural. Esse dado, entre outros fatores, é ilustrativo da importância dos elementos que compõem a questão agrária moçambicana nas pesquisas sobre o país e seus territórios, como a produção, comercialização e consumo de alimentos, e as políticas de apropriação dos territórios pelos megaprojetos (CASTEL-BRANCO, 2012) do agronegócio (a exemplo do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique – ProSAVANA, que será analisado mais adiante) e mineração, cujo exemplo ilustrativo é a extração de carvão mineral na Província de Tete, pela Vale S.A.

Investigações desenvolvidas por Matos e Medeiros (2013) destacam as implicações socioespaciais dos megaprojetos de apropriação dos territórios em Moçambique. Expõem, assim, os projetos de produção de agrocombustíveis a base de cana-de-açúcar em Massingir, Província de Gaza (sul de Moçambique); exploração de carvão mineral de Benga e de Moatize, ambos no distrito de Moatize, Província de Tete (centro de Moçambique); e exploração de areias pesadas em Moma, Província de Nampula (norte de Moçambique)⁷. Ao analisar esses projetos e os efeitos que eles geram na apropriação de recursos como água, terra e minérios, assim como na expulsão de camponeses e comunidades dos *territórios da existência*, os pesquisadores (MATOS; MEDEIROS, 2013) afirmam que está em curso, em Moçambique, um processo de “acumulação por espoliação”, conforme exposto por Harvey (2012).

[...] a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e

⁶ Diferente de Moçambique (país de colonização portuguesa), que possui como língua oficial o português, os 6 países (Tanzânia, Zimbabwe, Suazilândia, África do Sul, Zâmbia, Malawi) são de colonização inglesa e possuem como língua oficial o inglês, apesar de também falarem dezenas de dialetos locais.

⁷ Para mais detalhes, consultar Matos e Medeiros (2013, p. 245-252).

imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetarização da troca e a taxaço, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva (HARVEY, 2012, p. 121).

Referenciados nas contribuições analíticas de Harvey (2012), Matos e Medeiros (2013) enfatizam ainda que a “acumulação por espoliação” em Moçambique é mascarada pelo discurso oficial pautado no fomento de um projeto nacional de desenvolvimento que visa dinamizar a economia com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das comunidades. No entanto, estes territórios cindidos pelo capital já vertem a pilhagem provocada pelos grandes empreendimentos estrangeiros. Sendo assim, contrário aos discursos do governo e das empresas privadas, o que se vê é a exaustão dos bens comuns diante da territorialização dos megaprojetos e atuação do capital hegemônico internacional (MATOS; MEDEIROS, 2013; FREI, 2016).

Um dos exemplos da atuação de empresas transnacionais em Moçambique é a presença da brasileira Vale S.A. Por consequência, Matos e Medeiros (2013) defendem que, com a implantação desses tipos de projetos dependentes da extração de minérios a céu aberto, pouca atenção é dedicada aos aspectos socioambientais, identitários e étnicos das comunidades afetadas no país. “Mascara-se o território das comunidades locais, espaço das horizontalidades e onde a luta pela sua história, cultura e identidade se afirmam” (MATOS; MEDEIROS, 2013, p. 255).

A abundância e dependência econômica dos recursos naturais em Moçambique, explorados pelas empresas transnacionais também sublinham pesquisas desenvolvidas por Castel-Branco (2010). Ao investigar o modelo econômico territorializado no país, munido da noção de economia extrativa, Castel-Branco (2010, p. 86) explica que,

Economia extrativa refere-se a um modo de acumulação do capital com características históricas específicas que, como modo de acumulação, estrutura a economia como um todo. Portanto, este conceito não se refere a um sector da economia, sendo, por isso, independente do peso das indústrias extractivas convencionais na economia. Modo de acumulação de capital refere-se à organização social, técnica, econômica e política de produção, extracção, apropriação, acumulação, reprodução e utilização do excedente nas condições históricas específicas de desenvolvimento capitalista, conjugando as forças produtivas e a organização social (ou relações sociais de produção) que lhe são associadas.

A diversidade e abundância de recursos naturais descobertos em Moçambique despertam interesses de capitalistas estrangeiros. A presença de jazidas minerais de ferro, níquel e carvão, além de gás natural e petróleo, anunciam possibilidades de geração de

rendas extrativistas cada vez maiores. Logo, Santos (2012)⁸ também problematiza este cenário e defende que este país africano defronta-se com os riscos e contradições da chamada “maldição da abundância”.

Santos (2012, p. 1) pontua que “maldição da abundância” é uma expressão usada para caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais objeto de cobiça internacional. A promessa de abundância decorrente do grande valor comercial dos recursos extrativos e dos investimentos necessários para concretizá-lo é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento econômico, social, político e cultural de determinado país, especialmente aqueles localizados na periferia do capitalismo.

Desta maneira, Santos (2012, p. 1) acentua que,

Os riscos desse condicionamento são, entre outros: crescimento do PIB em vez de desenvolvimento social; corrupção generalizada da classe política que, para defender os seus interesses privados, se torna crescentemente autoritária para se poder manter no poder, agora visto como fonte de acumulação primitiva de capital; aumento em vez de redução da pobreza; polarização crescente entre uma pequena minoria super-rica e uma imensa maioria de indigentes; destruição ambiental e sacrifícios incontáveis às populações onde se encontram os recursos em nome de um “progresso” que estas nunca conhecerão; criação de uma cultura consumista que é praticada apenas por uma pequena minoria urbana, mas, imposta como ideologia a toda a sociedade; supressão do pensamento e das práticas dissidentes da sociedade civil sob o pretexto de serem obstáculos ao desenvolvimento e profetas da desgraça. Em suma, os riscos são que, no final do ciclo da orgia dos recursos, o país esteja mais pobre econômica, social, política e culturalmente do que no seu início. Nisto consiste a maldição da abundância.

Para Santos (2012), estes riscos atravessam a economia Moçambicana contemporânea perante as descobertas e exploração de minérios, água, terra, petróleo, gás natural e carvão mineral. Diante disso, a espoliação dos territórios, dos trabalhadores e das comunidades é exposta sem disfarce frente à territorialização de megaprojetos de empresas como a Vale S.A (Vale Moçambique), Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correa

⁸ Mosca e Selemane (2013, p. 2) ainda contribuem com essa análise, ao afirmarem que “Tal como alguns países em desenvolvimento, Moçambique é rico em recursos naturais. As importantes reservas de carvão e outros minerais, gás, terra e clima para a exploração florestal, *commodities* agrícolas e bens alimentares, têm atraído grandes investimentos. Multinacionais e países, ou alianças entre estes dois, investem muitos bilhões de dólares para satisfação de demandas energéticas das novas grandes economias emergentes e, por outro lado, da subida de preços nos mercados internacionais, conforme as previsões da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) sobre a escassez de alimentos associada a eventuais efeitos ambientais nas principais economias produtoras de bens alimentares”.

que atuaram e atuam em diferentes setores em Moçambique, como a exploração mineral, projetos de infraestrutura, energia e produção de cimentos.⁹

O exemplo da atuação da Vale no país é emblemático, pois, além do saque das riquezas minerais, gera efeitos socioambientais, viola direitos humanos, desrespeita lugares sagrados como os cemitérios e ecossistemas onde populações organizam e reproduzem a existência de maneira coletiva. A situação das centenas de famílias reassentadas diante da instalação e a operação da mina da Vale em Moatize, Província de Tete / Moçambique, implica situações degradantes, como a falta de água, rachaduras nas casas, terras impróprias para cultivo e distância longínqua das cidades, apresentando, assim, dificuldades para acesso às fontes alternativas de renda¹⁰.

A violência e expropriação dos camponeses dos territórios da vida e do trabalho coletivo, como no exemplo ilustrado acima, diante da territorialização de empreendimentos de exploração mineral também significam a destruição de lugares sagrados, degradação de ambientes e agressão à dignidade desses sujeitos. Diante deste quadro, surgiram as ações de resistências com protestos contra a atuação da empresa Vale. Exemplo disso ocorreu em janeiro de 2012, quando aproximadamente 1.500 pessoas sitiaram a estrada de ferro do Sena, local onde a empresa escoar a produção de minérios para o porto da Beira. (MELLO, 2013).

⁹ Entre as empresas destacadas, a Odebrecht é a empresa de construção brasileira com o maior número de projetos na África, com presença na África do Sul, Angola, Botsuana, Djibuti, Gabão, Líbia, Libéria, Moçambique e República Democrática do Congo. (SCHLESINGER, 2013).

¹⁰ Para mais detalhes, ver: MELLO, P. C. **Megaprojeto da Vale é alvo de protestos em Moçambique**. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1266520-megaprojeto-da-vale-e-alvo-de-protestos-em-mocambique.shtml>>. Acesso em: 25 de ago./2014. Observar também informações da ARTICULAÇÃO Internacional dos Atingidos pela Vale. **Relatório de insustentabilidade da Vale, 2012**. Disponível em: <<http://amazonwatch.org/assets/files/2011-vale-unsustainability-report.pdf>>. Acesso em: 25 de ago./2014.

Figura 1: Poucos meses depois de serem entregues as casas do reassentamento de Cateme começaram a apresentar vazamentos. A foto ilustra as obras de reparos nas casas do reassentamento



Fonte: MELLO, 2013.

Aglutinado com a apropriação das jazidas minerais o capital internacional aplicado à modernização agrícola também avança na África, e especialmente com projetos em Moçambique, apropriando terras e sementes, com consequências desastrosas para o campesinato e a soberania alimentar dos povos africanos¹¹. É crescente o interesse dos investidores estrangeiros na apropriação de terra em Moçambique e demais países do Continente, como a Etiópia e Sudão¹². Esse cenário é exemplificado com a atuação do capital internacional por meio do Programa de Cooperação Triangular para o Desenvolvimento das Savanas Tropicais de Moçambique (ProSAVANA), analisado de maneira resumida no próximo item.

¹¹ No caso da terra é importante ilustrar que “nos termos dos n.º 1 e 2 do artigo 109.º da Constituição da República de Moçambique conjugado com o artigo 3 da Lei n.º19/97, de 1 de Outubro (Lei de Terras), a Terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada. O que deve acontecer é apenas a atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, nos termos do artigo 110.º da Constituição da República de Moçambique conjugado com o artigo 12 da Lei de Terras e artigos 9, 10 e 11 do respectivo Regulamento”. (UNAC, 2011, p. 21).

¹² Conforme relatório da UNAC; GRAIN (2015, p. 2-3) “O crescente interesse estrangeiro por terras agrícolas não é exclusivo à Moçambique. Todo o continente Africano foi tomado pela corrida a terras agrícolas. Desde 2008, empresas estrangeiras andam a vasculhar o continente em busca de terras férteis para a produção de *commodities* agrícolas para exportação. Centenas de acordos já foram assinados, abrangendo milhões de hectares. [...] O resultado é que os camponeses e criadores de gado em todo o continente africano estão agora sob uma pressão crescente por parte de governos e empresas para abandonarem as suas terras e recursos hídricos. De acordo com um relatório do Banco Mundial de 2010, mais de 70% das aquisições de terras agrícolas de grande escala no mundo todo, na última década, foram para África subsaariana, especialmente Etiópia, Sudão e Moçambique”.

PROSAVANA: O CAMPESINATO E A SOBERANIA ALIMENTAR AMEAÇADOS NO NORTE DE MOÇAMBIQUE

Lançado em 2009, o ProSAVANA é um programa de cooperação triangular entre os Governos de Moçambique, representado pelo Ministério da Agricultura, Brasil, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e Japão, pela *Japan International Cooperation Agency* (JICA)¹³ (SCHLESINGER, 2013).

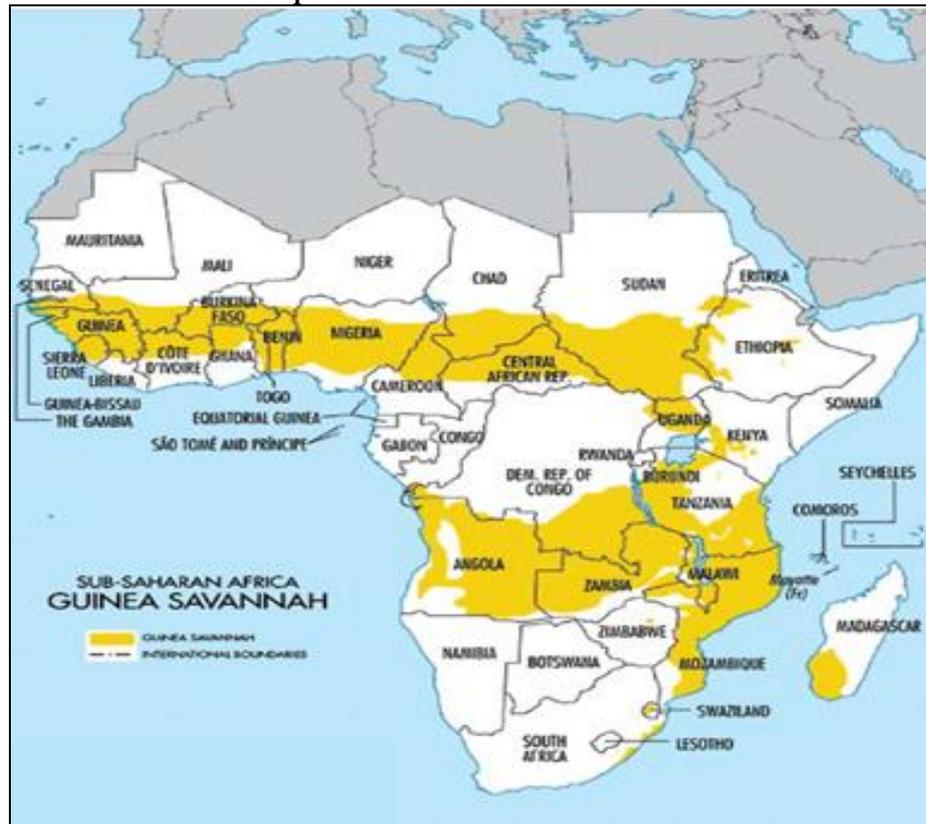
Schlesinger (2013) esclarece que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Mundial publicaram, em 2009, o estudo “Despertando o gigante” (Banco Mundial e FAO, 2009). Segundo o documento, a região de Savanas que se estende do Senegal à África do Sul, a chamada Savana da Guiné (mapa 1), estendida por territórios de 25 países, tem um potencial cultivável de 400 milhões de hectares, dos quais apenas 10% encontram-se atualmente utilizados.

Schlesinger (2013) ainda explica que os casos do Cerrado brasileiro e do Nordeste da Tailândia foram tomados como referencial para avaliar o potencial de aproveitamento de áreas similares à Savana Africana, em Moçambique, Nigéria e Zâmbia. Esses argumentos, na verdade, escamoteiam a corrida do capital internacional pela apropriação privada de terras aráveis no Continente Africano¹⁴.

¹³ Para uma análise mais abrangente do PROSAVANA, ler o documento SCHLESINGER, S. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSavana em Moçambique**. Maputo/Moçambique: FASE, 2013. Consultar também a pesquisa de CLASSEN, S. F. **Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão**. Tóquio/Japão, 2013.

¹⁴ “Vários são os factores que contribuem para esta crescente demanda por terra arável, e estes incluem aspectos ligados à segurança alimentar em particular por parte dos países investidores, que por sua vez determina os fins para os quais é canalizado o seu apoio e investimento. As incertezas e as limitações na cadeia de fornecimento de alimentos são criadas pelas restrições na produção agrícola devido à limitada disponibilidade de água e terra arável, pelos inúmeros desafios no armazenamento e transporte de alimentos e ainda pela expansão da produção de agrocombustíveis, uma cultura que compete fortemente com a produção agrícola em termos de necessidade de terra arável e água. A crescente taxa de urbanização e as mudanças que se têm verificado na dieta alimentar tem também contribuído para um aumento na demanda global de alimentos. Importa ainda referir que para além destes aspectos, muitos destes negócios representam oportunidades de negócios lucrativos. Outros factores que poderão contribuir para esta enorme procura de terra arável são ainda os emergentes mercados de carbono. Presume-se que alguns negócios de aquisição de terra possam estar a ser realizados tendo como expectativa que a longo prazo esta venha a valorizar ainda mais”. (JUSTIÇA AMBIENTAL; UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES, 2011, p. 07).

Mapa 1: África – a Savana da Guiné



Fonte: Schlesinger (2013, p. 16).

Diante deste cenário, os governos de Moçambique, Brasil e Japão anunciam uma iniciativa conjunta, o ProSAVANA, que promete ser capaz de aproveitar o conhecimento adquirido com o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento Agrícola do Cerrado (PRODECER), implementado em meados dos anos 1980 no Brasil. Conforme Schlesinger (2013) o ProSAVANA é a maior iniciativa de cooperação da história do Programa de Parceria Japão- Brasil (PPJB), lançado em 2000.

Elaborado por Classen (2013), o quadro abaixo ilustra, de maneira didática, o processo preparatório do ProSAVANA e as relações entre Brasil, Japão e Moçambique no que tange ao Programa.

Quadro 1: Processo preparatório do PROSAVANA, conforme Classen (2013), de 2000 a 2010

Ano/Mês	Locais	Evento e Pessoas
2000 (Março)	Tóquio	Estabelecimento do convênio Tripartite para cooperação intergovernamental no âmbito do Programa de Parceria Japão-Brasil (JBPP).
2004 (Setembro)	Brasil	Visita do Primeiro Ministro japonês Junichiro Koizumi.
2005 (Maio)	Tóquio	Primeiro Ministro Koizumi e o Presidente Lula da Silva acordam trabalhar juntos para uma “Reforma da ONU” e preparar o intercâmbio Brasil e Japão para o ano de 2008.
2006 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro de Agricultura do Japão, Shoichi Nakagawa.
2006 (Setembro)	Brasil	Segunda visita do Ministro Nakagawa
2007 (Abril)	Brasil	Sadako Ogata, Presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), e Celso Amorin, Ministro de Relações Exteriores do Brasil, decidem promover o JBPP.
2007 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro da Agricultura Toshikatsu Matsuoka.
2007 (Agosto)	Brasil	O Ministro japonês de Relações Exteriores, Taro Aso, e o Ministro Amorin confirmam a “revitalização da parceria estratégica”.
2008 (ao longo do ano)	Japão/Brasil	Ano de intercâmbio Brasil-Japão/Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil.
2008 (Maio)	Brasil	Visita do Ministro de Agricultura do Japão Masatoshi Wakabayashi.
2009 (Julho)	Cimeira do G8 em L’Aquila, Itália	O Primeiro Ministro Aso e o Presidente do Brasil, Lula da Silva, concordam em conduzir o “Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais Africanas”.
2009 (17 de Setembro)	Maputo	Assinatura do acordo do ProSAVANA pelo Vice-Presidente da JICA, Kenzo Oshima, pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Marco Farani, e pelo Ministro de Agricultura de Moçambique Soares Bonhaza Nhaca.
2009 (Setembro) a 2010 (Março)	Moçambique	Pesquisa preparatória do ProSAVANA preparada pela JICA.
2010 (Outubro)	Brasília	10º aniversário do Programa de Parceria Japão-Brasil, com a presença de diretores dos escritórios do Brasil e Centro-América da JICA, do Embaixador Japonês no Brasil, de Vice-Ministros do Brasil, do Ministro brasileiro de Relações Exteriores e do Diretor da ABC.

Fonte: CLASSEN, 2013.

As tramas e aproximações geopolíticas que envolvem o ProSAVANA, como relevadas no quadro 1, foram arquitetadas por interesses hegemônicos distanciados do diálogo com as comunidades impactadas. Para Classen (2013, p. 3),

Desde o seu início, o programa ProSAVANA não foi concebido em conjunto com os habitantes da região, nem houve interesse em ir ao encontro das necessidades locais. Ao contrário, o projeto foi concebido como uma maneira do Japão e Brasil trabalharem juntos para alcançar uma reforma da ONU, participarem em novas estruturas políticas e econômicas globais, como BRICS e o G20, e promoverem conjuntamente a extração e produção de bens.

Diante das contradições do Programa, conforme destacados por Classen (2013), ainda são ilustrativos os interesses das empresas e do capital brasileiro na apropriação de recursos e exploração dos territórios em Moçambique. À vista disto, permeando os interesses que envolvem a cooperação técnica Brasil/África, o caso peculiar de Moçambique insere-se nas estratégias da ProSAVANA. A estrutura do Programa compreende a execução de projetos de cooperação técnica que buscam contribuir para o

desenvolvimento agrícola na região norte do país. Conhecida como Corredor de Nacala, essa região envolve uma larga extensão de terras que cobrem o território norte moçambicano, onde milhões de famílias camponesas vivem, trabalham e praticam a agricultura local¹⁵.

De acordo com Schlesinger (2013, p. 17)

Assim como o Prodecer, o ProSavana tem um horizonte de 20 anos. O estudo preparatório inicial, desenvolvido já no âmbito do Programa, definiu sua configuração em três componentes básicos: o primeiro, Projeto de Investigação (ProSavana-PI), inicialmente denominado ProSavana-TEC, tem por finalidade a melhoria da capacidade de pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento agrícola no Corredor de Nacala; o segundo, Plano Diretor (ProSavana-PD), visa a elaboração de um plano abrangente de desenvolvimento agrícola para o Corredor de Nacala; o terceiro, Projeto de Extensão (ProSavana-PE), tem por objetivo a implementação de projetos produtivos pilotos no âmbito da agricultura familiar e comercial.

A territorialização do ProSAVANA, em Moçambique, suscita distintas problematizações advindas de intelectuais, movimentos sociais, camponeses e demais representações da sociedade civil moçambicana e estrangeira. As análises críticas também se avolumam ao questionar desde a apropriação da terra pelo capital internacional e expropriação do campesinato aos riscos socioambientais que o Projeto representa se comparado com as contradições que o PRODECER gerou nos territórios do Cerrado no Brasil¹⁶.

Para Mosca (2014), diante da territorialização dos megaprojetos em Moçambique, como o ProSAVANA, os camponeses são os mais impactados, isso porque o Governo e o capital hegemônico não estão preocupados com os pobres e os trabalhadores. Por conseguinte, na *III Conferência Internacional Camponesa sobre a terra*, organizada pela União Nacional de Camponeses (UNAC), Mosca (2014, p. 1) defendeu que “[...] isso só acontece porque a máquina governativa está capturada e dominada pelo negócio. Defende também que o Governo não cumpre e nem faz cumprir a lei, porque está comprometido com o negócio da terra”.

As críticas ao ProSAVANA também ganham força por meio das ações da UNAC¹⁷, no próprio país, no Continente Africano e no mundo, na medida em que se articula com a

¹⁵ Sobre a usurpação da terra em Moçambique, a entrada de capital estrangeiro apropriando recursos minerais e solos férteis, ler o Relatório UNAC; GRAIN. **Os usurpadores da terra do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique**. Maputo/Moçambique: UNAC, 2015.

¹⁶ Pesquisadores como Pessoa (1988), Inocêncio (2012) e Mendonça (2004) demonstram as diferentes contradições e implicações territoriais do PRODECER no Cerrado brasileiro.

¹⁷ “A UNAC é um movimento de Camponeses, do sector familiar, que luta pela participação activa dos camponeses no processo de desenvolvimento de Moçambique fundado em 1987 e registrada em 1994”. Seu objetivo geral é “Representar os camponeses e suas organizações para assegurar os seus direitos sociais,

*Via Campesina*¹⁸. Além disso, destaca-se a campanha nacional “Não ao ProSAVANA”, lançada em 2014 por nove organizações da sociedade civil moçambicana, na qual pretendem construir uma agenda pública de luta com o objetivo central de deter as ações e projetos em curso no âmbito do Programa¹⁹. (UNAC, 2014).

Segundo a UNAC (2014, p. 1),

[...] a nível nacional, a campanha contra o ProSavana tem tido muito êxito. Está-se a trabalhar no sentido de alargar a luta e a organizações civis do Brasil e do Japão cujos governos proporcionam financiamento e conhecimentos técnicos ao projeto. Não obstante, é essencial contar com apoios a nível regional, uma vez que o crescente fenómeno da usurpação de terras na região da SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral põe em risco a alimentação, o acesso à água potável e a soberania das sementes das populações.

Na foto 02, pode-se perceber as ações de mulheres junto a Campanha “Não ao ProSAVANA”, tramadas com as articulações internacionais construídas pela UNAC.

A UNAC et al (2014) explicam que,

Para impedir situações de neocolonialismo expressas através do avanço do ProSAVANA e das multinacionais sobre os territórios camponeses anunciamos, publicamente, hoje, 02 de Junho de 2014, a CAMPANHA NACIONAL NÃO AO PROSAVANA como parte de um processo mais amplo de endurecimento da nossa luta numa mobilização conjunta das organizações da sociedade civil e movimentos de camponeses em defesa dos recursos naturais e contra a agressão, usurpação, mercantilização e possível privatização da terra. Com o lançamento da CAMPANHA NACIONAL NÃO AO PROSAVANA pretendemos construir uma agenda pública de luta com o objectivo principal de deter e paralisar todas as acções e projectos (Plano Director, ProSavana Extensão e Modelos) em curso no âmbito do ProSavana. [...] Esta Campanha tenciona ainda denunciar e repudiar todas as formas de manipulação, cooptação, intimidação e tentativas de criminalização das organizações da sociedade civil, lideranças e activistas que contestam o ProSAVANA.

econômicos e culturais através do fortalecimento das organizações camponesas, participação na definição de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento visando garantir a soberania alimentar, tomando em conta a juventude e equidade de gênero”. Fonte: Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/unac>>. Acesso em: 17 de Janeiro de 2014.

¹⁸ “La Via Campesina is the international movement which brings together millions of peasants, small and medium-size farmers, landless people, women farmers, indigenous people, migrants and agricultural workers from around the world. It defends small-scale sustainable agriculture as a way to promote social justice and dignity. It strongly opposes corporate driven agriculture and transnational companies that are destroying people and nature. La Via Campesina comprises about 164 local and national organizations in 73 countries from Africa, Asia, Europe and the Americas. Altogether, it represents about 200 million farmers. It is an autonomous, pluralist and multicultural movement, independent from any political, economic or other type of affiliation”. Fonte: Disponível em: <<http://viacampesina.org/en/index.php/organisation-mainmenu-44>>. Acesso em: 26 de Jan./2015.

¹⁹ As nove organizações são: União Nacional de Camponeses - UNAC; Liga Moçambicana dos Direitos Humanos - LDH; Justiça Ambiental-JA/Amigos da Terra Moçambique; Accção Académica para o Desenvolvimento das; Comunidades Rurais - ADECRU; Fórum Mulher; Actionaid Moz; Associação de Apoio e Assistência Jurídica as Comunidades - AAAJC; Livaningo; Kulima.

Figura 2: “Campanha Não ao ProSavana”: moçambicanos pedem solidariedade e expandem a campanha na SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, em Bulawayo, Zimbabwe, 16 de agosto de 2014



Fonte: UNAC. Campanha Não ao ProSavana: moçambicanos pedem solidariedade e expandem a campanha na SADC. 2014. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/nacional/94-campanha-nao-ao-prosavana-mocambicanos-pedem-solidariedade-regional>>. Acesso em: 20 de Jan./2015.

A territorialização dos grandes projetos em Moçambique revela a expansão do capital em novas fronteiras de acumulação onde é possível apropriar, explorar e extrair recursos territoriais como água, terra, minério, petróleo e madeira. As ações de resistência contra os empreendimentos hegemônicos extrativos traduzem a defesa dos territórios e da vida. A maneira com que comunidades relacionam-se com a água, as sementes, as oscilações do clima e a terra sublinha séculos de aprendizados tramados pela cultura local. Milhares de camponeses continuam no campo e dependem dos alimentos ao garantir o básico para se viver, produzindo para o consumo próprio.

Assim, o estudo introdutório sobre Moçambique pautado na territorialização dos grandes empreendimentos capitalistas de apropriação dos recursos naturais pelo capital internacional permitiu edificar um olhar crítico referenciado na realidade territorial do país. Com isto, foi possível refletir e defender as ações e experiências contra-hegemônicas para então, avançar na construção de análises sobre a produção de alimentos pelos camponeses moçambicanos.

A referência empírica desta proposição partiu das atividades de campo e pesquisa na Província moçambicana de Inhambane. Com olhar voltado à multidimensionalidade da realidade social e territorial, tencionou-se conhecer experiências de produção de alimentos

limpos de agrotóxicos e fundamentais para a reprodução do campesinato local. Com o apoio de metodologias como pesquisa de campo e observação direta, buscou-se perceber o cotidiano de trabalho dos camponeses e camponesas na “terra de boa gente”.

Verificou-se práticas como a produção de alimentos nas *machambas* e a organização dos camponeses em associações locais, o armazenamento das sementes, os desafios da comercialização, a realidade do trabalho de homens e mulheres que vivem na e da terra. Experiências densas e demonstrativas da luta pela existência cotidiana no território moçambicano.

EXPERIÊNCIAS NA “TERRA DE BOA GENTE” – INHAMBANE/MOÇAMBIQUE

A produção de alimentos é um desafio para a economia, o governo e os próprios camponeses moçambicanos. Problematiza-se esta constatação ao considerar que o país reproduz historicamente a condição dependente da importação de alimentos²⁰. De acordo com Brito et al. (2015, p. 11),

[...] a situação foi particularmente grave durante o período da guerra civil (1976 a 1992). No ano da independência, a origem da oferta de cereais correspondia a 49% de produção interna, 42% de importação comercial e 9% de ajuda alimentar, já nos finais dos anos 1980 a situação era radicalmente diferente, sendo a produção interna de apenas 14% e os restantes 86% provenientes da ajuda alimentar. Embora até hoje a ajuda alimentar continue a desempenhar um papel importante no abastecimento do país, verifica-se que, desde o final da guerra, nos anos 1990, a produção interna de alimentos tem vindo a crescer, embora ainda não tenha atingido a auto-suficiência.

Diante deste quadro, a agricultura familiar camponesa desempenha papel central na produção agrícola alimentar em Moçambique. No entanto, além dos impactos sistemáticos de catastrofes naturais, secas, cheias e pragas (BRITO, 2015), os camponeses moçambicanos também defrontam com os riscos provenientes da entrada dos megaprojetos de agricultura e o controle de territórios por empresas transnacionais.²¹ Usurpação de terras, expropriação e conflitos, contaminação de solos e da água por agrotóxicos, extinção das sementes tradicionais com o uso de sementes transgênicas etc.,

²⁰ É ilustrativa a análise do artigo de MOSCA, J. **Evolução da agricultura moçambicana no período pós-independência**. Moçambique. Documento de trabalho N° 3, Abril, 1996.

²¹ Sobre isso, ainda é sugestiva a leitura de UNAC. **“O ProSavana não é a solução. A agricultura familiar é que vai alimentar o país”** – afirmam oradores na conferência internacional sobre terra. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/69-o-prosavana-nao-e-a-solucao-a-agricultura-familiar-e-que-vai-alimentar-o-pais-afirmam-oradores-na-conferencia-internacional-sobre-terra>>. Acesso em: 28 de abril de 2015.

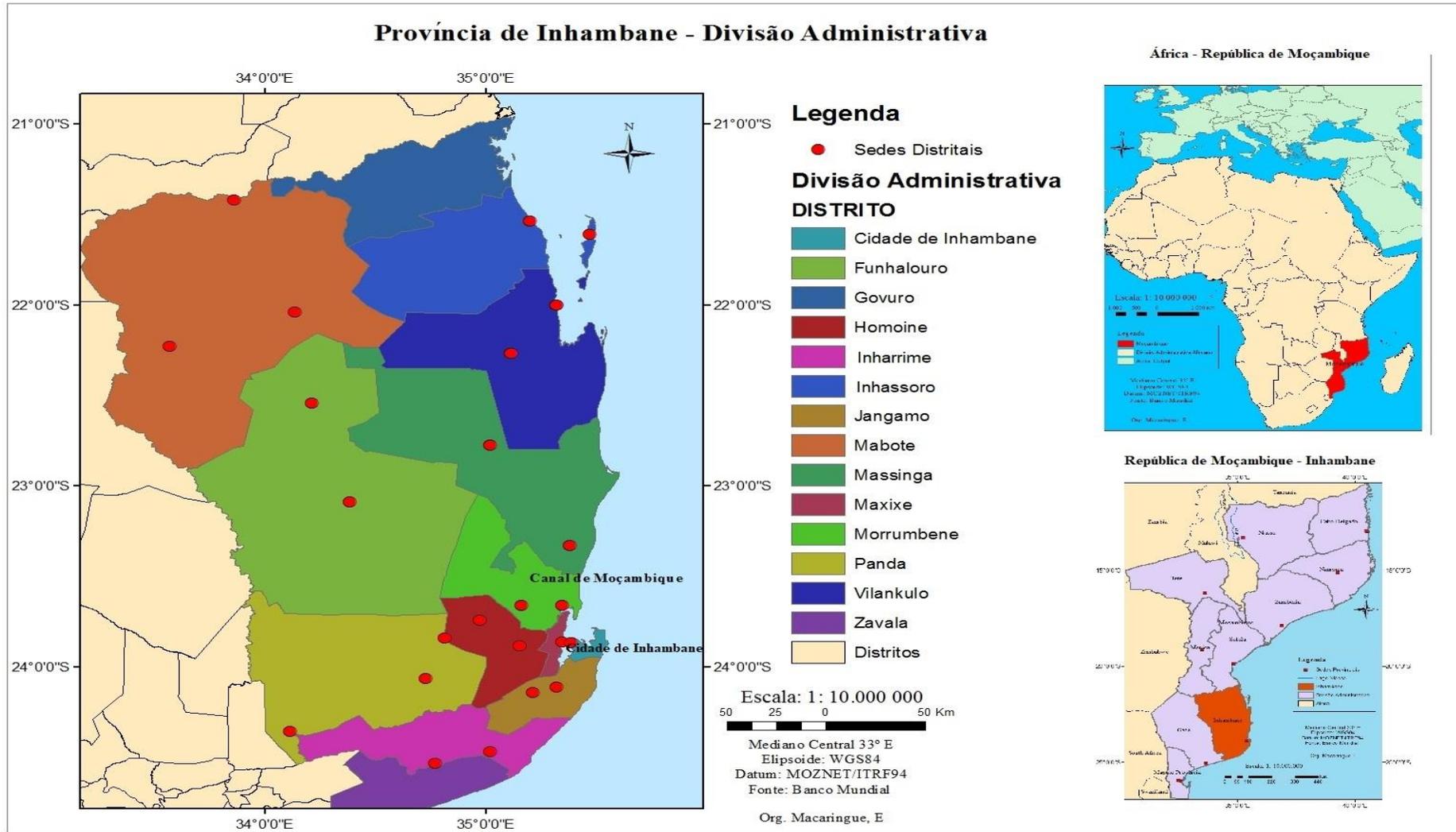
expõem efeitos socioespaciais e anunciam os dilemas que atravessam a questão agrária e agrícola no país africano.

Na Província e cidade de Inhambane (Mapa 2), a alvissareira e conhecida “terra de boa gente”, onde foi realizada esta pesquisa no decorrer de 20 dias de atividades, observou-se que a dinâmica local está voltada para o turismo. Quanto à agricultura, apesar de apresentar solos não tão férteis como no norte do país - Corredor de Nacala – a produção de alimentos ocorre nas áreas baixas e úmidas, nas chamadas *machambas*.

As experiências que foram conhecidas em Inhambane permitiram apreender de perto a realidade do trabalho nas *machambas*, a produção de alimentos e os desafios para comercializá-los, técnicas rudimentares de cultivos perpassadas por *saberes-fazeres* na lida com a terra, a água e as sementes, a organização em associações e o papel da mulher camponesa. Com efeito, os territórios na Província de Inhambane constituem realidades diferenciadas daquelas dos projetos capitalistas que ganham força no norte do país - como no Corredor de Nacala – orientadas pelos interesses de empresas transnacionais de maquinários, combustíveis, sementes transgênicas e agrotóxicos.

Uma das experiências conhecidas em Inhambane ocorreu junto à Associação 7 de Abril. A partir de observações locais diretas, os camponeses e camponesas ilustraram as práticas que desenvolvem na produção de alimentos (repolho, alface, batata, mandioca, abacaxi etc.), criação de frangos e piscicultura. A relação com o solo arenoso e de pouca fertilidade, devido à proximidade com as áreas de praias, depende da adubação realizada com compostos orgânicos. Percebeu-se que o trabalho na terra constitui um campo de aprendizado na produção de adubos orgânicos, produção de pesticidas naturais, gestão da água e esforços de aproximação da prática agrícola com o mercado turístico na Província de Inhambane.

Sendo assim, os registros fotográficos no trabalho de campo na *machamba* da Associação 7 de Abril, no mês de agosto de 2014, permitem visualizar as atividades dos camponeses e camponesas na relação com a terra e o território.



FONTE: MACARINGUE, E. J., 2018.

Na foto 03 observa-se a equipe de pesquisadores e estudantes brasileiros e moçambicanos no trabalho de campo exploratório realizado nesta Associação de Produtores Rurais.

Figura 3: Trabalho de campo junto a Associação de Produtores Rurais 7 de Abril – Inhambane



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Figura 4: Poço para criação de peixes, perfurado de maneira artesanal pelos próprios trabalhadores



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A foto 04 ilustra o poço para criação de peixes pelos membros da Associação que buscam fortalecer as alternativas de geração de renda. Um dos detalhes observados refere-se à dificuldade de acesso aos meios técnicos diante destas atividades de trabalho, como na perfuração do poço para piscicultura, que foi realizada de maneira manual pelos próprios agricultores camponeses.

A próxima ilustração, foto 05, relewa uma das camponesas que compõem a Associação explicando a técnica de compostagem desenvolvida para adubar os solos. O material orgânico é resultado das atividades locais onde aproveitam os restos das plantações, das capinas etc., para a prática de compostagem. Esta técnica foi acentuada pelos entrevistados que afirmaram utilizá-la para que todo o material orgânico seja aproveitado e adicionado ao solo, garantindo, assim, a produção de alimentos saudáveis e sem aditivos químicos que impõem riscos de contaminação da terra, da água e dos próprios trabalhadores.

Figura 5: Mulher camponesa demonstrando a compostagem para adubação orgânica dos solos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

Um dos problemas e desafios relatados pelos camponeses entrevistados, junto à Associação 7 de Abril, refere-se à comercialização, pois, seus produtos possuem escasso acesso ao mercado representado especialmente pelo turismo na Província, como nos *resorts*, cujos alimentos são importados principalmente do país vizinho, a África do Sul. Neste sentido, os principais mercados que restam aos produtores são feiras informais, comércios

locais e venda fragmentada nas ruas das cidades de Inhambane e Maxixi (também localizada na Província de Inhambane).

Em pesquisa publicada sobre o cinturão verde de Inhambane e a organização dos produtores locais, Chaveiro e Azevedo (2017, p. 78) afirmam que

O processo organizativo das associações depende do grau de amadurecimento, pois elas demandam sementes; assistência técnica; transporte; formação; e organiza a rede de pequenos comércios. Quando a associação não cumpre essas tarefas, a tendência é o processo produtivo e comercial ter uma marca individual e desdobrar-se em conflitos entre os membros. A disposição coletiva das associações conta com uma dinâmica: há associações que têm um calendário de reunião para se pensar o uso do solo, organizar as demandas, averiguar os problemas, distribuir sementes e tarefas. Há outras cuja participação dos membros é avaliada como deficitária. É pelas associações que se cria, nas machambas, situações formativas

A aglutinação dos trabalhadores em associações fortalece experiências coletivas e pedagógicas. Afirmam práticas de conexões de saberes, mas, defrontam-se, ao mesmo tempo, com um dos principais desafios para os trabalhadores das *machambas* que é a comercialização. Esse aspecto – a comercialização – também foi relatado nas demais experiências conhecidas. Apesar dos alimentos serem produzidos sem uso de agrotóxicos e de maneira orgânica e vendidos frescos, questões como certificação, embalagem, organização dos camponeses e apoio governamental representam entraves na cadeia produtiva local. Por conseguinte, percebeu-se que esta problemática pode ser enfrentada com o apoio de políticas públicas de desenvolvimento rural/territorial referenciadas na compra direta dos camponeses organizados nesta e noutras associações.

A relação das mulheres com a terra e a produção de alimentos nas *machambas* foi verificada de maneira substantiva a partir da visita, em áreas de cultivos de hortifrutíferos, por um grupo de sujeitos portadores de HIV - *Human Immunodeficiency Virus*, no cinturão verde de Inhambane. Nesta *machamba*, a produção de alimentos é voltada para o autoconsumo e comercialização do excedente, como também ocorre em outros exemplos visitados neste território provincial.

A foto 06 ilustra uma mulher cuidando de seu canteiro na *machamba* localizada na área urbana da cidade Inhambane, o que constitui um detalhe importante na relação dos homens e mulheres que se dedicam à produção de alimentos. Muitos sujeitos, mesmo vivendo na cidade, cultivam produtos alimentares em áreas localizadas no próprio espaço urbano ou fora dele. O fato é que as *machambas* são fontes de fertilidade e abundância, além de exprimir interlocuções de pertencimento, solidariedade e conexões de saberes na relação

com a terra, a água, as plantas e as sementes. O cuidado e o intercâmbio cotidiano com os *bens comuns* mantêm a integração substantiva entre o trabalho e a natureza.

Figura 6: Mulher moçambicana cuidando de canteiro na produção de alimentos em áreas de machamba, dentro do espaço urbano de Inhambane, Moçambique



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

A *machamba* ilustrada na foto 6 faz parte do cinturão verde, em áreas afastadas do centro da cidade de Inhambane. Nesta visita, mais uma vez, ficou evidenciado o trabalho das mulheres, assim como os desafios de comercialização e organização de um circuito de vendas baseado em mercados curtos²² e solidários, orientação técnica e disponibilidade de extensionistas, criação de bancos de sementes e mudas com apoio para mantê-las armazenadas e conservadas.

A realidade conhecida requer políticas públicas de desenvolvimento territorial focado nas experiências locais. A ausência delas contribui para expor a opção e subordinação do governo aos megaprojetos financiados pelo capital internacional no território moçambicano. Assim, esses exemplos expõem as contradições da conjuntura dos grandes empreendimentos capitalistas que visam produzir *commodities* e, por outro lado, as práticas agrícolas alimentares praticadas por trabalhadores e camponeses em Moçambique,

²² Conforme Darolt et. al (2013, p. 9) “No Brasil ainda não há uma definição oficial para circuitos curtos (CC), mas o conceito aponta para uma proximidade entre produtores e consumidores. Na França, o termo CC é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor (CHAFFOTE; CHIFFOLEAU, 2007). Dois casos de CC podem ser distinguidos: *a venda direta* (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor) e *a venda indireta* via um único intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local)”.

com acesso limitado às políticas públicas e investimentos que possibilitam o incremento de renda local. Enquanto isso, os megaprojetos controlados por empresas transnacionais avançam colocando em risco a soberania alimentar de comunidades e a defesa das sementes nativas²³.

Portanto, diante de cada experiência conhecida e narrada pelos produtores de alimentos nas *machambas* era possível refletir sobre as contradições do país e as implicações dos grandes projetos para os homens e mulheres que dependem da relação direta com a terra, sem a qual a vida seria impraticável. A leitura prévia sobre a conjuntura econômica de Moçambique e o olhar atento e crítico acerca dos capitais estrangeiros e empreendimentos extrativos em uma economia dependente e localizada na periferia do capitalismo foi importante para não olvidar a realidade dos sujeitos que permanecem nos territórios da existência. Assaltados pelo abandono de políticas e investimentos capazes de fomentar os seus projetos como foi constatado nas associações locais em Inhambane.

Com efeito, a terceira visita exploratória também ocorreu em áreas de *machambas* organizadas por associações locais de Inhambane para produzir as hortaliças e frutas nos solos úmidos das áreas baixas, férteis e ricas em matéria orgânica.

Figura 7: *Machamba* e mulher agricultora cuidando da plantação de alface e repolho em áreas rurais da Província de Inhambane, Moçambique



Fonte: Elaborado pelo autor, 2014.

²³ Consultar maiores detalhes na seguinte publicação: UNAC. **Mulheres camponesas defendem uso de sementes nativas para garantia da soberania alimentar.** 2014. Disponível em: <http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/106-mulheres-camponesas-defendem-uso-de-sementes-nativas-para-garantia-da-soberania-alimentar>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

Ver ainda: UNAC. **Camponeses africanos unidos contra as corporações transnacionais.** Disponível em: <http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/internacional/20-internacional/123-camponeses-africanos-unidos-contras-corporacoes-transnacionais>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

Conforme uma das agricultoras entrevistadas nesta terceira visita exploratória, a produção de alimentos (milho, alface, repolho, banana etc.) nesta *machamba* depara-se com desafios que envolvem aspectos técnicos como aquisição de bombas para irrigação, além do acesso ao mercado formal e apoio dos governos capazes de possibilitar e fortalecer mecanismos de geração de renda. Também enfatizou os riscos de malária que é comum entre os homens, mulheres e jovens que trabalham nas *machambas*.

A organização dos circuitos de venda dos alimentos produzidos pelos camponeses é um desafio constante. Nas ruas das cidades de Inhambane e Maxixi é comum deparar-se com os mercados informais de produtos como alface, mandioca, repolho etc., produzidos nas *machambas* da Província. Para Marques et.al (2014, p. 12),

A comercialização de verduras, frutas, hortaliças e outros produtos como o feijão e a farinha, na Província de Inhambane, dá-se em maior parte pela venda ambulante. Mercados e feiras abastecem as mesas dos manhambanes com produtos da zona verde que circunda a cidade, importados doutras Províncias e até mesmo doutros países, como a África do Sul. No município de Inhambane são cinco(5) os principais pontos de venda: Machavenga, Guiua, Mercado Central, Giló e Cicutinuni.

Dessa maneira, na foto 09 podem-se perceber as características de um espaço de feira, a Feira de Guiua, onde são vendidos os alimentos, com predominância das mulheres ocupando estes locais.

Figura 8: Feira de Guiua, terças e sextas na cidade de Inhambane, Moçambique



Fonte: MARQUES, 2014.

Nos espaços das *machambas* e das feiras, a presença predominante das mulheres contribui para revelar também as marcas do trabalho e da luta diária que compõem a reprodução social da existência. A vida e o trabalho de mulheres cuja existência é cartografada por memórias, sonhos e lutas, incluindo a organização política em defesa da terra e das sementes nativas, como tem ocorrido em várias partes do território moçambicano. Diante disso, destaca-se novamente o papel da UNAC em defesa do campesinato, e portanto, da terra e das sementes nativas em Moçambique, que também envolvem a soberania alimentar.

De acordo com a UNAC (2014, p. 1)

Por seu turno, as mulheres camponesas defendem que não se pode falar de soberania alimentar sem se falar da soberania das sementes. E o aumento da produtividade bem como o combate a fome, só vai acontecer se o Governo, assim como as multinacionais, valorizarem as sementes tradicionais (nativas), considerando que estas são mais resistentes às secas e podem ser cultivadas em mais do que uma sementeira. As camponesas revelaram que têm estado a enfrentar dificuldades de produzir alimentos, porque as sementes híbridas têm estado a afectar a produção visto que após a sua compra, constata-se que além de as sementes não resistirem ao tempo, chegam a apodrecer antes mesmo de serem lançadas a terra.

As informações acima (UNAC, 2014) elucidam que a soberania alimentar não está fragmentada da soberania das sementes, cultivadas e armazenadas pelos próprios camponeses e camponesas de Moçambique e de toda a África. Ainda, as sementes tradicionais estão na centralidade das estratégias e *saberes-fazeres* que compõem as práticas agrícolas dos povos camponeses. Por isso, também possuem potencial de aumento na produtividade de alimentos para o combate à fome (ao contrário das *commodities* agrícolas, que são de interesse das transnacionais)²⁴.

Por conseguinte, essas análises permitiram tercer aproximações entre as experiências de pesquisas e as observações diretas do grupo de pesquisadores brasileiros junto aos trabalhadores, camponeses e associações de produção de alimentos em Inhambane. As distintas realidades conhecidas, o diálogo com os pesquisadores e

²⁴ Sobre a defesa das sementes nativas em Moçambique, ver: UNAC. **Camponeses defendem que governo deve legislar para protecção das sementes locais**. 2014. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/104-camponeses-defendem-que-governo-deve-legislar-para-protecao-sementes-locais>>. Acesso em: 26 de mai./2015.

estudantes da ESHTI/UEM, em Inhambane/Moçambique, resultaram no aprofundamento de aprendizados coletivos e orientados pela *conexão de saberes*.

Em suma, durante 20 dias em Moçambique, com destaque para as experiências na Província de Inhambane, o que se viveu e aprendeu tornou-se matéria substantiva não apenas de um jovem pesquisador e, naquele momento, estudante de doutorado. Mas, também de um *território existencial* urdido por experiências fenomênicas que ficaram indelévels na memória e no aprendizado dialógico apreendido junto ao povo moçambicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interpretações geográficas realizadas em Moçambique permitiram compreender elementos que compõem uma cartografia geopolítica atravessada pelos interesses internacionais na apropriação de recursos territoriais. O capital territorializa-se no país através de megaempreendimentos de minérios, produção agrícola e petróleo. Territórios ancestrais, sagrados e comunitários são expropriados para atender interesses privados e do Estado subserviente às imposições de empresas transnacionais, o que ajuda a traduzir os dilemas deste país na periferia do capitalismo. Projetos como o ProSAVANA exemplificam a força impositiva do paradigma da modernização capitalista para transformar espaços de savanas em territórios de produção de *commodities*.

Este quadro contrapõe-se à realidade cotidiana de milhares de camponeses moçambicanos que dependem da terra, da água e das sementes para manter a reprodução social da vida. Em Inhambane foi possível conhecer territórios de produção de alimentos organizados nas *machambas*. Nestes locais, o cuidado com a terra, o plantio e a colheita perfazem práticas que sustentam milhares de famílias moçambicanas.

Sendo assim, as visitas técnicas com observações diretas e entrevistas permitiram constatar distintos elementos que atravessam o trabalho dos camponeses e os desafios para a permanência na terra e a produção e comercialização dos produtos cultivados por eles. Os itinerários da produção à comercialização acentuam algumas características particulares capazes de fortalecer as práticas agrícolas locais em Inhambane, tais como o fato dos agricultores praticamente não usarem insumos externos à propriedade; os espaços de agricultura camponesa funcionam como um organismo sistêmico, com complexas relações que constituem os sistemas agrícolas alternativos oriundos de práticas de diversificação de

cultivos (policultivos); uso de práticas agrícolas preocupadas com o incremento e manutenção da fertilidade dos solos, bem como a preservação da qualidade das águas, das sementes e dos ecossistemas onde a produção se insere.

A venda dos produtos alimentares foi um desafio pontuado em todas as experiências conhecidas em Inhambane. Dessa maneira, ao investir no fortalecimento das estratégias de comercialização por meio de políticas públicas e organização coletiva, e fomentar as feiras livres e outros formatos varejistas, pode-se proporcionar a integração entre os produtores e os consumidores finais, preferencialmente por meio dos chamados *circuitos curtos (CC)*.

Ao considerar o potencial produtivo das *machambas* em Inhambane, observou-se que investir nos mercados curtos resulta em alternativas como o apoio às feiras em diferentes espaços, a exemplo da própria Universidade (e com apoio de professores e estudantes) e o acesso ao mercado representado pelas empresas de turismo (o que também demandaria o investimento em embalagem, certificação etc. dos alimentos). Os desafios constatados ainda perpassam a necessidade de extensão rural efetiva, ampliação dos investimentos e acesso às políticas públicas de desenvolvimento rural/territorial com prioridade às *conexões de saberes* dos camponeses, a proteção das sementes nativas e o fortalecimento das associações locais. Em suma, isto pressupõe refletir sobre o modelo de desenvolvimento moçambicano planejado para o campo e a cidade com a defesa e proteção dos *territórios da vida* dos homens e mulheres que trabalham e dependem da terra na luta cotidiana para existir com dignidade.

REFERÊNCIAS

- ARTICULAÇÃO Internacional dos Atingidos pela Vale. **Relatório de insustentabilidade da Vale, 2012**. Disponível em: <http://amazonwatch.org/assets/files/2011-vale-unsustainability-report.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.
- BRITO, L de. et. al. **Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008–2012)**. Maputo/Moçambique, Cadernos IESE N. 14P, p. 1-70, 2015.
- CASTEL-BRANCO, C. N. **Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique**. Maputo/Moçambique, Cadernos IESE nº 01, p. 1-96, 2010.
- CASTEL-BRANCO, C. N. **Mega projectos e estratégia de desenvolvimento: notas para um debate**. Moçambique: IESE, 2002.
- CASTEL-BRANCO, C. N. MANDLATE, O. Da economia extractiva a diversificação da base produtiva: o que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em

- Moçambique? In: BRITO, L. de. **Desafios para Moçambique**, 2012. Maputo/Moçambique: IESE, 2012. p. 117-145.
- CHAVEIRO, E. F.; AZEVEDO, H. A. M. de A. A dádiva da semente: conexões de saberes entre brasil e moçambique. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 24, n. 3, 2017.
- CLASSEN, S. F. **Análise do Discurso e dos Antecedentes do Programa ProSAVANA em Moçambique – enfoque no papel do Japão**. Tóquio/Japão, 2013.
- DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, v. 10 - n. 2, junho de 2013.
- FERNANDO, A. **Moçambique: Campanha Nacional Não ao ProSavana é lançada**. 2014. Disponível em: <<http://alice.ces.uc.pt/news/?p=3391>>. Acesso em: 14 de março de 2015.
- FIAN. **Desenvolvimento, para quem?** Impacto dos projetos de desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural moçambicana. Heidelberg: FIAN Internacional, 2010.
- FREI, V. V. M. **NO PAÍS DO MANO MUÇA, EU SOU CARVÃO**: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. 412 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2017.
- FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado**. 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010.
- JUSTIÇA AMBIENTAL; UNIÃO NACIONAL DE CAMPONESES. **Os senhores da terra**: análise preliminar do fenómeno de usurpação de terras em Moçambique. Moçambique, Março, 2011.
- MACARINGUE, E. J. Modernização dos espaços agrários em Moçambique versus expropriação de terras: reflexão em torno das políticas agrárias implementadas entre 1975 – 2015. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, Iporá/GO, V.6, N.2, p.235-268, Ago./Dez., 2017
- MARQUES, A. C. de. O.; NHAMBIRE, O. A. F.; ASSANE, A. L. A. **A rota da alface**: produção e gênero em Inhambane/Moçambique. Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2014. Mimeo.
- MATOS, E. A. C de.; MEDEIROS, R. M. V. M. Acumulação por espoliação: Uma reflexão sobre a sua introdução em Moçambique. **Revista IDEAS**, v. 7, n. especial, pp. 228-259, 2013.
- MELLO, P. C. **Megaprojeto da Vale é alvo de protestos em Moçambique**. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/04/1266520-megaprojeto-da-vale-e-alvo-de-protestos-em-mocambique.shtml>>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- MENDONÇA, M. R. Geografia e agroecologia: as práticas agroecológicas como contraponto ao *agrobidronegocio* em Goiás. **Anais do VI Encontro Nacional de Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.
- MOSCA, J; SELEMANE, T. **El dorado Tete: os mega projetos de mineração**. Maputo: CIP, 2011.
- MOSCA, J; SELEMANE, T. **Grandes projectos e segurança alimentar em Moçambique**. Maputo/Moçambique, 2013.
- MOSCA, J. **Economia de Moçambique: século XX**. Lisboa: Instituto PIAGET, 2005.
- MOSCA, J. **Agricultura de Moçambique pós-independência: da experiência socialista à recuperação do modelo colonial**. Moçambique. Documento de trabalho N° 3, Abril, 1996.
- MOSCA, J. **Governo defende negócios em detrimento dos camponeses**. 2014. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/103-governo-defende-negocios-em-detrimento-dos-camponeses-afirma-joao-mosca>>. Acesso em: 24 de maio de 2015.
- PESSÔA, V. L. S. **Ação do Estado no Cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. 1988. 238 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.
- SANTOS, B de S. **Moçambique: a maldição da abundância?**. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Mocambique-a-maldicao-da-abundancia-/26864>> Acesso em: 12 de maio de 2014.
- SCHLESINGER, S. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSavana em Moçambique**. FASE, 2013.
- UNAC; GRAIN. **Os usurpadores da terra do Corredor de Nacala: uma nova era de luta contra plantações coloniais no norte de Moçambique**. Maputo/Moçambique, UNAC, 2015.
- UNAC et. al. **Campanha nacional não ao Prosavana. 2014**. Disponível em: <<http://alice.ces.uc.pt/news/?p=3391>>. Acesso em: 14 de março de 2015.
- UNAC. **“O ProSavana não é a solução. a agricultura familiar é que vai alimentar o país”** – afirmam oradores na conferencia internacional sobre terra. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/69-o-prosavana-nao-e-a-solucao-a-agricultura-familiar-e-que-vai-alimentar-o-pais-afirmam-oradores-na-conferencia-internacional-sobre-terra>>. Acesso em: 28 de abril de 2015.
- UNAC. **Mulheres camponesas defendem uso de sementes nativas para garantia da soberania alimentar**. 2014. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/106-mulheres-camponesas-defendem-uso-de-sementes-nativas-para-garantia-da-soberania-alimentar>>. Acesso em: 23 de maio de 2015.

UNAC. **Camponeses africanos unidos contra as corporações transnacionais.** Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/internacional/20-internacional/123-camponeses-africanos-unidos-contra-as-corporacoes-transnacionais>>.

Acesso em: 23 de maio de 2015.

UNAC. **“Campanha Não ao ProSavana”**: moçambicanos pedem solidariedade e expandem a campanha na SADC. 2014. Disponível em: <<http://www.unac.org.mz/index.php/artigos/nacional/94-campanha-nao-ao-prosavana-mocambicanos-pedem-solidariedade-regional>>. Acesso em: 24 de maio de 2015.

UNAC. **Camponeses defendem que governo deve legislar para protecção sementes locais.** 2014. <<http://www.unac.org.mz/index.php/7-blog/104-camponeses-defendem-que-governo-deve-legislar-para-protecao-sementes-locais>>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

Submetido em: março de 2018.

Aceito em: agosto de 2018.